



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos administradores e acionistas da  
**SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A.**  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações contábeis do período anterior**

As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2022 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatórios em 18 de agosto de 2022 e 3 de março de 2023, respectivamente, com opinião sem modificação.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de agosto de 2023

**BINAH SP AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC 2SP 009.597/O-8**

**ISIDÉRIO DEUSDADO FERNANDES**  
**CRC CT 1SP 165.075/O-2**



Rua Estela, 515 – Bloco C – Cj 142 – 14º Andar – CEP: 04011-002 – Vila Mariana – São Paulo/SP  
Fone: (11) 5087-4899 – e-mail: [binah.sp@binahauditores.com.br](mailto:binah.sp@binahauditores.com.br)  
Network firma membro LEA Leading Edge Alliance - [www.binahauditores.com.br](http://www.binahauditores.com.br)



**SF3 CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2023**  
**E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Em milhares de Reais)

**ATIVO**

	Notas	30.06.2023	31.12.2022
<b>Circulante</b>		<b>93.161</b>	<b>105.856</b>
Disponibilidade	4	204	661
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	6.300	10.507
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	5	1.679	2.083
Carteira própria		1.679	2.083
Operações de Crédito	6	80.239	88.040
Setor privado		90.684	96.009
(Provisão para op.de crédito de liquidação duvidosa)	6.f)	(10.445)	(7.969)
Outros Créditos	7	1.935	1.238
Outros Valores e Bens	8	2.804	3.327
Bens não de uso próprio		2.215	2.618
Despesas antecipadas		589	709
<b>Não Circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo		67.442	74.617
Operações de Crédito	6	55.760	64.740
Setor privado		63.019	70.600
(Provisão para op.de crédito de liquidação duvidosa)	6.f)	(7.259)	(5.860)
Outros Créditos	7	11.682	9.738
Outros Valores e Bens	8	-	139
Despesas antecipadas		-	139
Permanente		1.311	1.562
Imobilizado de Uso		434	518
Outras imobilizações de uso		1.961	1.977
(Depreciações acumuladas)		(1.527)	(1.459)
Intangível		877	1.044
Ativos intangíveis		2.934	2.906
(Amortizações acumuladas)		(2.057)	(1.862)
<b>Total do Ativo</b>		<b>161.914</b>	<b>182.035</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**SF3 CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2023**  
**E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Em milhares de Reais)

**PASSIVO**

	<u>Notas</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<b>Circulante</b>		<b>90.290</b>	<b>91.232</b>
<b>Depósitos</b>	<b>9</b>	<b>63.786</b>	<b>58.591</b>
Depósitos a prazo		63.786	58.591
<b>Recursos de Aceite e Emissão de Títulos</b>	<b>9</b>	<b>24.900</b>	<b>30.009</b>
Recursos de aceites cambiais		24.900	30.009
<b>Outras Obrigações</b>	<b>10</b>	<b>1.604</b>	<b>2.632</b>
Cobrança e arrecadação de tributos assemelhados		50	67
Provisões para pagamentos a efetuar		37	326
Fiscais e previdenciárias		293	694
Provisão para riscos		728	538
Diversas		496	1.007
<b>Não Circulante</b>			
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>41.973</b>	<b>57.789</b>
<b>Depósitos</b>	<b>9</b>	<b>26.911</b>	<b>31.818</b>
Depósito a prazo		26.911	31.818
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>9</b>	<b>15.062</b>	<b>25.971</b>
Recursos de aceites cambiais		15.062	25.971
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>11</b>	<b>29.651</b>	<b>33.014</b>
<b>Capital Social</b>		<b>27.500</b>	<b>27.500</b>
De domiciliados no País	<b>11.a)</b>	27.500	27.500
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>11.b) e c)</b>	<b>2.151</b>	<b>5.514</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>161.914</b>	<b>182.035</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**SF3 CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022**  
(Em milhares de Reais)

	Notas	Semestres Findos	
		30.06.2023	30.06.2022
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>28.355</b>	<b>27.828</b>
Operações de crédito	6e	27.629	27.230
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5b	726	598
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(22.934)</b>	<b>(17.213)</b>
Operações de captação no mercado	9b	(10.368)	(9.189)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(12.566)	(8.024)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>5.421</b>	<b>10.615</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(10.847)</b>	<b>(12.909)</b>
Receitas de prestação de serviços	13	2.641	4.185
(Despesas) de pessoal	14	(629)	(918)
Outras (despesas) administrativas	15	(10.045)	(14.221)
(Despesas) tributárias	16	(1.080)	(1.226)
Outras receitas operacionais	17	277	494
Outras (despesas) operacionais	18	(2.011)	(1.223)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(5.426)</b>	<b>(2.294)</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>(78)</b>	<b>(62)</b>
<b>Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro</b>		<b>(5.504)</b>	<b>(2.356)</b>
<b>(Despesa) Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido</b>		<b>2.141</b>	<b>1.188</b>
Despesa de imposto de renda	12	-	(82)
Despesas de contribuição social sobre o lucro líquido	12	-	(57)
Receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido diferido	12	2.141	1.327
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre</b>		<b>(3.363)</b>	<b>(1.168)</b>
<b>Número de Ações do Capital Social</b>	11.a	28.668.532	28.668.532
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - (Expresso em Reais-R\$)</b>		<b>(0,12)</b>	<b>(0,04)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**SF3 CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022**  
**(Em milhares de Reais)**

	Semestres Findos	
	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
<b>Resultado líquido do semestre</b>	<b>(3.363)</b>	<b>(1.168)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>(3.363)</b>	<b>(1.168)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**SF3 CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS**  
**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 E EXERCÍCIO FINDO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.**  
**(Em milhares de Reais)**

	Notas	Capital	Reserva de Lucros		Lucros	Total
		Social	Legal	Estatutárias	Acumulados	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>		<b>27.500</b>	<b>2.321</b>	<b>3.620</b>	<b>-</b>	<b>33.441</b>
Prejuízo líquido do 1.º semestre		-	-	-	(1.168)	(1.168)
<b>Destinações:</b>						
Juros sobre o capital próprio	11.e)	-	-	-	(455)	(455)
Reserva legal		-	-	-	-	-
Absorção da movimentação de lucros acumulados em Reservas de Lucros- Estatutárias		-	-	(1.623)	1.623	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>		<b>27.500</b>	<b>2.321</b>	<b>1.997</b>	<b>-</b>	<b>31.818</b>
Lucro líquido do 2.º semestre		-	-	-	1.741	1.741
<b>Destinações:</b>						
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(545)	(545)
Reserva legal		-	87	-	(87)	-
Absorção da movimentação de lucros acumulados em Reservas de Lucros- Estatutárias		-	-	1.109	(1.109)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>27.500</b>	<b>2.408</b>	<b>3.106</b>	<b>-</b>	<b>33.014</b>
Prejuízo do 1º semestre de 2023					(3.363)	(3.363)
<b>Destinações:</b>						
Juros sobre o capital próprio	11.e)	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	-	-
Absorção da movimentação de lucros acumulados em Reservas de Lucros- Estatutárias		-	-	(3.363)	3.363	-
<b>Saldos em 30 de junho 2023</b>		<b>27.500</b>	<b>2.408</b>	<b>(257)</b>	<b>-</b>	<b>29.651</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





**SF3 CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**  
**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022**  
**(Em milhares de Reais)**

	Semestres Findos	
	30.06.2023	30.06.2022
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contrib. Soc. s/ Lucro Líquido</b>	<b>(5.504)</b>	<b>(2.356)</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado com lucro ajustado</b>	<b>15.378</b>	<b>10.843</b>
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.566	8.024
Despesa de depreciação e amortização	253	276
Despesa de provisão para riscos	408	1.216
Ativo fiscal diferido	2.141	1.327
Outras	10	-
<b>Lucro ajustado</b>	<b>9.874</b>	<b>8.487</b>
<b>(Aumento) nos ativos operacionais</b>	<b>2.654</b>	<b>(25.888)</b>
Títulos e valores mobiliários	404	(4.811)
Operações de crédito	4.215	(19.486)
Outros créditos	(2.627)	(1.510)
Outros valores e bens	662	(81)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>	<b>(17.180)</b>	<b>11.633</b>
Depósitos a prazo	288	19.290
Recursos de aceites cambiais	(16.018)	(7.205)
Outras obrigações	(1.436)	(313)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pago	(14)	(139)
<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>(4.652)</b>	<b>(5.768)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Aquisição de imobilizado de uso	-	(102)
Baixa de imobilizado de uso	16	-
Aquisição no intangível	(28)	(360)
<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento</b>	<b>(12)</b>	<b>(462)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Juros sobre capital próprio pagos	-	(455)
<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(455)</b>
<b>(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.664)</b>	<b>(6.685)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do semestre	11.168	10.592
No fim do semestre	6.504	3.907
<b>(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.664)</b>	<b>(6.685)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**SF3 CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS SEMESTRES**  
**FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022**  
**(Em milhares de Reais)**

## 1. Contexto Operacional

A SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (anteriormente denominada Santana S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.), (“Instituição” ou “Financeira”), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como a administração de carteira de valores mobiliários. Em 22 de outubro de 2021 o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a reforma estatutária, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária, de 06 de setembro de 2021, que tratou da mudança da denominação social da Sociedade. A alteração da denominação social da Sociedade de: Santana S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento para: SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A., se deve ao propósito de renovação da marca desta instituição para um novo posicionamento perante o mercado, clientes e demais envolvidos.

## 2. Base para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”), as normatizações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN e da Lei das Sociedades por Ações. Foram também adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para riscos, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável – *impairment* – de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “Títulos disponíveis para venda” e “Títulos mantidos até o vencimento”, ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e reportadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição. Sendo assim, elas são apresentadas e reportadas em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito no item 3, principais práticas contábeis adotadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Instituição em 18 de agosto de 2023.

### **3. Principais Práticas Contábeis Adotadas**

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são:

#### **a) Disponibilidades**

Os componentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### **b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, consideradas como equivalentes de caixa, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### **c) Títulos e Valores Mobiliários**

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Diretoria, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

##### **i) Títulos para Negociação**

São adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

##### **ii) Títulos Disponíveis para Venda**

São aqueles que não se enquadram como para negociação ou como para serem mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários sob o título “Ajuste de avaliação patrimonial”;

##### **iii) Títulos Mantidos Até o Vencimento**

São aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento; são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Com base nas determinações estabelecidas no parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como “Títulos para



negociação” são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

#### **d) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Diretoria quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando também os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Para as operações com prazo superior a 36 meses, a Instituição utiliza a prerrogativa de contagem em dobro, prevista na Resolução nº 2.682/99, para determinação do nível de risco.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando, então, são baixadas contra a PCLD existente e são mantidas sob controle, por cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

A PCLD, considerada pela Diretoria como suficiente, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

#### **e) Cessões de Crédito**

As operações de cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, a qual determina que os ativos financeiros serão baixados se a venda da carteira for com transferência substancial dos riscos e benefícios. A Instituição opera com transferência substancial dos riscos e benefícios.

#### **f) Outros Valores e Bens**

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação em pagamento que estão disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

#### **g) Despesas Antecipadas**

Os custos de emissão de títulos, são gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados no resultado do período por ocasião da sua geração.

#### **h) Imobilizado de Uso**

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das correspondentes depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as seguintes taxas

anuais, em função da vida útil econômica dos bens: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos: 10% ao ano; e equipamentos de informática e veículos: 20% ao ano.

#### **i) Intangível**

O saldo do intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de informação (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição, líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 20% ao ano, em função de sua vida útil.

#### **j) Redução do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros (“Impairment”)**

A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída uma provisão para deterioração por impairment, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

#### **k) Depósitos a Prazo e Recursos de Aceites Cambiais**

As captações pré-fixadas estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais e as captações pós-fixadas são atualizadas “*pro rata die*” até as datas desses balanços patrimoniais.

#### **l) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Corrente**

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro semestral e anual tributável excedente a R\$ 120 e R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação fiscal em vigor e foi calculada à alíquota de 15%, a partir de 01/07/21 através da lei 14.183/21, à alíquota da CSLL teve majoração para 20% até 31/12/21, permanecendo a mesma alíquota no semestre.

#### **m) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferidos**

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição, deve atender para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro e àqueles provenientes das demais diferenças temporárias, deve atender, cumulativamente, às seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício social em referência; e

- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme o caso, em períodos subsequentes, com base em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídos sobre diferenças temporárias relativas principalmente à PCLD, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “Outros créditos – diversos” com reflexo no resultado do período. Os créditos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis.

#### **n) Provisões para Riscos, Obrigações Legais, Passivos e Ativos Contingentes**

As provisões para riscos e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como “Remota”, “Possível” ou “Provável” com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, e da Diretoria, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Essa avaliação incorpora alto grau de julgamento e subjetividade e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou às alterações.

Provisões para Riscos e Passivos Contingentes: são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como “Perdas possíveis” são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança são avaliados como “Perdas remotas” e não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações Legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

Ativos Contingentes: são reconhecidos somente quando considerados “praticamente certos”, que normalmente ocorre quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

#### **o) Outros Ativos e Passivos Circulantes, Realizáveis e Exigíveis a Longo Prazo**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. É acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais passivas



incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

#### **p) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata die” e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

#### **q) Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação**

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data dos balanços.

#### **r) Novas Normas Contábeis**

##### **Adotados pela Instituição a Partir de 01/01/2022**

Inexiste.

##### **Outras Normas Contábeis a Serem Implantadas**

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição.

#### **4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades	204	661
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	6.300	10.507
<b>Total</b>	<b><u>6.504</u></b>	<b><u>11.168</u></b>

- (i) Aplicações com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, remuneradas às taxas praticadas no mercado, são resgatáveis a qualquer momento e utilizadas para gestão de caixa.



## 5. Títulos e Valores Mobiliários

### a) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários

Títulos Disponíveis para Venda	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	Valor de mercado	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento-Renda Fixa	1.679	2.083
<b>Total</b>	<b><u>1.679</u></b>	<b><u>2.083</u></b>

### b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	<u>Semestre Findo em</u>	
	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	30	286
Rendas de aplic.em quotas de fundos de investimentos	696	312
<b>Total</b>	<b><u>726</u></b>	<b><u>598</u></b>

## 6. Operações de Crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas de juros de cada contrato:

### a) Composição das Operações de Crédito

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Financ. pessoa física e pessoa jurídica - setor privado	144.127	158.004
Empréstimos - setor privado	6.973	6.319
Títulos descontados	2.603	2.286
<b>Total</b>	<b><u>153.703</u></b>	<b><u>166.609</u></b>
Curto prazo	90.684	96.009
Longo prazo	63.019	70.600

### b) Composição da Carteira de Operações de Crédito por Tipo de Cliente e de Atividade Econômica

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoas físicas	142.422	155.184
Indústria	8.760	9.111
Comércio	1.305	1.212
Outros serviços	1.216	1.102
<b>Total</b>	<b><u>153.703</u></b>	<b><u>166.609</u></b>

### c) Composição da Carteira de Operações de Crédito, por Vencimento, Considerando as Parcelas dos Contratos





<b>Faixas de vencimento</b>	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Créditos vencidos</b>	<b>8.325</b>	<b>8.967</b>
<b>Créditos a vencer:</b>		
Até 3 meses	26.011	27.858
3 a 12 meses	56.348	59.184
1 a 3 anos	59.559	65.835
3 a 5 anos	3.446	4.762
5 a 8 anos	14	3
<b>Total de Créditos a Vencer</b>	<b>145.378</b>	<b>157.642</b>
<b>Total</b>	<b>153.703</b>	<b>166.609</b>

**d) Classificação da Carteira de Crédito por Níveis de Risco**

<b>Nível</b>	<b>30/06/2023</b>				
	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Títulos descontados</b>	<b>Total da carteira</b>	<b>%</b>	<b>Provisão</b>
A	99.435	2.021	101.456	0,5	507
B	9.046	176	9.222	1	92
C	12.752	71	12.823	3	385
D	7.581	58	7.639	10	764
E	5.537	-	5.537	30	1.661
F	3.887	59	3.946	50	1.973
G	2.528	-	2.528	70	1.770
H	10.334	218	10.552	100	10.552
<b>Total</b>	<b>151.100</b>	<b>2.603</b>	<b>153.703</b>		<b>17.704</b>

<b>Nível</b>	<b>31/12/2022</b>				
	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Títulos descontados</b>	<b>Total da carteira</b>	<b>%</b>	<b>Provisão</b>
A	118.691	1.651	120.342	0,5	602
B	9.167	145	9.312	1	93
C	12.850	205	13.055	3	391
D	6.287	168	6.455	10	646
E	4.510	20	4.530	30	1.358
F	3.235	86	3.321	50	1.661
G	1.720	-	1.720	70	1.204
H	7.863	11	7.874	100	7.874
<b>Total</b>	<b>164.323</b>	<b>2.286</b>	<b>166.609</b>		<b>13.829</b>



### e) Resultado das Operações de Crédito

	Semestre Findo em	
	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de financiamentos	25.672	24.604
Rendas de empréstimos	787	946
Rendas de títulos descontados	502	523
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	668	1.157
<b>Total</b>	<b>27.629</b>	<b>27.230</b>

### f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	30/06/2023	31/12/2022
= Saldo no início do semestre	13.829	12.390
(+) Constituição 1º Semestre	12.566	8.024
(+) Constituição 2º Semestre	-	9.198
(-) Baixados para prejuízo	(8.691)	(15.783)
= Saldo no fim do semestre	17.704	13.829
Curto prazo	10.445	7.969
Longo prazo	7.259	5.860

A PCLD está constituída na quantia considerada suficiente pela Diretoria para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos de acordo com a Resolução 2.682/99 do BACEN.

As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens.

A recuperação dos valores baixados para perdas correspondeu ao montante de R\$ 667 no semestre findo em 30/06/2023 (R\$ 1.157 no semestre findo em 30/06/2022).

O saldo das operações originadas de renegociação representa montante de R\$ 27.283 no semestre findo em 30 de junho de 2023 (R\$ 23.882 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), sendo esta modalidade impactada parcialmente por critérios de mensuração da provisão no âmbito dos programas instituídos com o propósito de minimizar os efeitos da pandemia da COVID-19 na economia (Resoluções CMN nº 4.803/20 e CMN nº 4.855/20).

## 7. Outros Créditos

A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:



	Posição Contábil	
	30/06/2023	31/12/2022
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 12c)	12.319	10.178
Impostos e contribuições a compensar	178	550
Devedores diversos	1.120	248
<b>Total Geral</b>	<b>13.617</b>	<b>10.976</b>
Curto prazo	1.935	1.238
Longo prazo	11.682	9.738

## 8. Outros Valores e Bens

### a) Bens Não de Uso Próprio

Correspondentes a veículos e imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados à valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2023 o saldo é de R\$ 2.215 (R\$ 2.618 em 31 de dezembro de 2022).

### b) Despesas Antecipadas

	30/06/2023	31/12/2022
Comissão sobre colocação de Letras de Câmbio	355	560
Outras	234	288
<b>Total Geral</b>	<b>589</b>	<b>848</b>
Curto prazo	589	709
Longo prazo	-	139

## 9. Depósitos a Prazo e Recursos de Aceites Cambiais

### a) Abertura por Prazo de Vencimento

	Curto Prazo		Longo Prazo		Total 30/06/2023	Total 31/12/2022
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos		
Recursos de aceites cambiais - LC	3.865	21.035	15.062		39.962	55.980
Depósitos a prazo:						
Depósitos a prazo - DPGE	2.479	8.069	-	-	10.548	9.805
Recibo de depósitos bancários - RDB	1.455	2.389	2.520	-	6.364	9.129
Certificado de depósitos bancários - CDB	15.147	34.247	24.261	130	73.785	71.475
<b>Total de Depósitos a Prazo</b>	<b>19.081</b>	<b>44.705</b>	<b>26.781</b>	<b>130</b>	<b>90.697</b>	<b>90.409</b>
<b>Total</b>	<b>22.946</b>	<b>65.740</b>	<b>41.843</b>	<b>130</b>	<b>130.659</b>	<b>146.389</b>

### b) Despesas com Operações de Captação do Mercado



	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesa de captação com - CDB	(5.335)	(3.086)
Recursos de aceites cambiais	(3.586)	(4.747)
Despesa de captação com - DPGE	(743)	(539)
Despesa de captação com - RDB	(606)	(718)
Outras despesas de captação	(98)	(99)
<b>Total</b>	<b><u>(10.368)</u></b>	<b><u>(9.189)</u></b>

Os depósitos a prazos e recursos de aceites cambiais são linhas de crédito em moeda local. As taxas praticadas pela Instituição variaram entre 108% e 122% no semestre findo em 30 de junho de 2023 (116% e 138% no semestre findo em 30 de junho de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 10. Outras Obrigações

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	50	67
Provisão para pagamento a efetuar	37	326
Fiscais e previdenciárias	293	694
Provisão para passivos contingentes (Nota 10.1)	728	538
<b>Diversas:</b>		
. Comissões a pagar	239	304
. Operações de crédito a liquidar	82	363
. Outras contas a pagar	172	253
. Outras obrigações diversas	3	87
	<b><u>496</u></b>	<b><u>1.007</u></b>
<b>Total Geral (Curto Prazo)</b>	<b><u>1.604</u></b>	<b><u>2.632</u></b>

### 10.1. Provisão para Riscos:

#### a) Composição da Provisão

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes de curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Ela, com base em seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em “Remota”, “Possível” e “Provável”, levando em conta as probabilidades de ocorrência de perda.

#### b) Causas com Prognóstico de Perda Possível e Provisão para Perdas Constituída

A Instituição possui processos trabalhistas e cíveis cujos valores somam R\$ 1.278 em 30 de junho de 2023 (R\$ 1.025 em 31 de dezembro de 2022), sendo que para as perdas prováveis ela provisionou R\$ 728 em 30 de junho de 2023 (R\$ 538 em 31 de dezembro de 2022).

#### c) Movimentação da Provisão para Perdas:



A provisão é apurada com base no valor estimado de perda das causas de acordo com a expectativa da Diretoria, suportada por parecer das assessorias jurídicas.

	2023			Saldo em 30/06/2023
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Reversão)	
Ações trabalhistas	159	204	(68)	295
Ações cíveis	379	204	(150)	433
<b>Total</b>	<b>538</b>	<b>408</b>	<b>(218)</b>	<b>728</b>

	2022			Saldo em 30/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	(Reversão)	
Ações trabalhistas	489	652	(982)	159
Ações cíveis	314	120	(55)	379
<b>Total</b>	<b>803</b>	<b>772</b>	<b>(1.037)</b>	<b>538</b>

## 11. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2023 é de R\$ 27.500 e está dividido em 14.334.266 (quatorze milhões, trezentas e trinta e quatro mil, duzentas e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 14.334.266 (quatorze milhões, trezentas e trinta e quatro mil, duzentas e sessenta e seis) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. Conforme AGE de 22 de dezembro de 2021 ficou deliberado: (i) alteração da redação do Artigo 17 do Estatuto Social, em atendimento ao item 3 do Ofício 28537/2021–BCB/Deorf/GTSP1, de 07 de dezembro de 2021; e (ii) consolidação do Estatuto Social da Instituição.

### b) Reserva legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social realizado ou a 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

### c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Instituição. Os dividendos mínimos podem ser distribuídos através de juros sobre o capital próprio. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais.



#### d) Juros sobre o Capital Próprio

Durante os semestres, como abaixo demonstrados, foram provisionados e pagos juros sobre o capital próprio no montante a seguir:

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Juros sobre capital próprio		455
Imposto de renda retido na fonte		(68)
<b>Total Líquido</b>	<b>-</b>	<b>387</b>

#### 12. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

	<b>Semestres Findos em</b>			
	<u>30/06/2023</u>		<u>30/06/2022</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
<b>Lucro (prejuízos) antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e antes do JCP</b>	<b>(5.504)</b>	<b>(5.504)</b>	<b>(2.356)</b>	<b>(2.356)</b>
(-) Juros sobre capital próprio reduzidos da conta lucros acumulados conf/ mov. evidenciada na DMPL	-	-	(455)	(455)
<b>Adições</b>	<b>12.788</b>	<b>12.788</b>	<b>8.764</b>	<b>8.764</b>
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	12.566	12.566	8.024	8.024
Provisão para contingências	206	206	508	508
Despesas não dedutíveis	10	10	222	222
Outras adições	6	6	10	10
<b>Exclusões</b>	<b>(7.299)</b>	<b>(7.299)</b>	<b>(5.569)</b>	<b>(5.569)</b>
Realização da prov. p/ crédito de liq. duvidosa- Lei nº9.430	(7.153)	(7.153)	(5.182)	(5.182)
Reversão de provisão para contingências	(146)	(146)	(387)	(387)
Reversão de provisões operacionais	-	-	-	-
<b>Lucro Real antes IRPJ e da CSLL</b>	<b>(15)</b>	<b>(15)</b>	<b>384</b>	<b>384</b>
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	-	(7)	(7)
<b>Total de IRPJ e de CSLL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>82</b>	<b>57</b>
<b>Alíquota de 15% IRPJ</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>56</b>	<b>-</b>
<b>Alíquota de 15% CSLL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57</b>
<b>Adicional 10% Lei Ordinária 13.169 de 06/10/2015</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26</b>	<b>-</b>
<b>Receita (despesa) de IRPJ e CSLL diferida</b>	<b>1.338</b>	<b>803</b>	<b>784</b>	<b>543</b>

#### a) Origem dos Créditos Tributários de IRPJ e de CSLL



	30/06/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Adições temporárias:</b>				
Provisão p/ créd. liquidação duvidosa	29.969	29.969	24.569	24.569
Provisões para contingências	728	728	538	538
Demais provisões temporárias	101	101	337	337
<b>Total das diferenças temporárias</b>	<b>30.798</b>	<b>30.798</b>	<b>25.444</b>	<b>25.444</b>
<b>Total do crédito tributário</b>	<b>7.699</b>	<b>4.620</b>	<b>6.361</b>	<b>3.817</b>

## b) Previsão de Realização dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da Instituição e as expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 4.842/20 do Conselho Monetário Nacional, e referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de IRPJ e da CSLL. Com base em estudo técnico preparado pela Diretoria, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Expectativa de realização					Total
	2023	2024	2025	2026	2027	
IRPJ	398	1.444	1.567	2.096	2.194	<b>7.699</b>
CSLL	239	866	940	1.258	1.317	<b>4.620</b>
<b>Valor em 30/06/2022</b>	<b>637</b>	<b>2.310</b>	<b>2.507</b>	<b>3.354</b>	<b>3.511</b>	<b>12.319</b>
<b>Valor Presente</b>	<b>560</b>	<b>1.785</b>	<b>1.703</b>	<b>2.003</b>	<b>1.844</b>	<b>7.895</b>

Em 30/06/2023, os valores presentes desses créditos tributários totalizam R\$ 7.895, considerando-se a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) de 13,25% ao ano.

## c) Movimentação dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/06/2023
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	9.828	2.160	-	11.988
Provisões para contingências	215	164	(54)	325
Demais provisões temporárias	135	6	(135)	6
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>10.178</b>	<b>2.330</b>	<b>(189)</b>	<b>12.319</b>

  

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/12/2022
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	9.035	1.717	(924)	9.828
Provisões para contingências	321	337	(443)	215
Demais provisões temporárias	126	893	(884)	135
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>9.482</b>	<b>2.947</b>	<b>(2.251)</b>	<b>10.178</b>

### 13. Receitas de Prestação de Serviços

	Semestres Findos em	
	30/06/2023	30/06/2022
Tarifa de cadastro – Desconto	36	51
Tarifa de cadastro – Veículos	2.555	4.045
Reembolso tarifa cartório	24	49
Outras receitas de serviços	26	40
<b>Total</b>	<b>2.641</b>	<b>4.185</b>

### 14. Despesas de Pessoal

	Semestres Findos em	
	30/06/2023	30/06/2022
Remuneração	(213)	(472)
Encargos	(46)	(90)
Benefícios	(359)	(307)
Treinamento	(11)	(49)
<b>Total</b>	<b>(629)</b>	<b>(918)</b>

### 15. Outras Despesas Administrativas

	Semestres Findos em	
	30/06/2023	30/06/2022
Despesas com serviços de terceiros (a)	(4.069)	(5.299)
Comissões e prêmios (b)	(1.808)	(3.043)
Despesas de serviços técnicos especializados (c)	(996)	(1.521)
Despesas de serviços do sistema financeiro (d)	(692)	(870)
Despesas de processamentos de dados	(980)	(934)
Despesas de aluguéis	(55)	(15)
Despesas de comunicação	(99)	(101)
Despesas de propaganda e publicidade	(50)	(88)
Despesas com depreciação e amortização	(253)	(276)
Despesas de transporte	(59)	(49)
Despesas de passivos contingentes (Nota 10.1)	(206)	(508)
Acordos e ações judiciais	(599)	(1.182)
Outras	(179)	(335)
<b>Total</b>	<b>(10.045)</b>	<b>(14.221)</b>

*Referem-se predominantemente a:*

- (a) Despesas com partes relacionadas de R\$ 1.556, em 2023, e de R\$ 4.185 em 2022, respectivamente (vide nota 19-Transações com partes relacionadas).
- (b) Despesas com comissões pagas a correspondentes no país.
- (c) Despesas com serviços de gravames.
- (d) Despesas bancárias.





## 16. Despesas Tributárias

	Semestre Findo em	
	30/06/2023	30/06/2022
Despesa com PIS	(130)	(141)
Despesa com COFINS	(799)	(867)
Despesa com ISS	(132)	(209)
Outras	(19)	(9)
<b>Total</b>	<b>(1.080)</b>	<b>(1.226)</b>

## 17. Outras Receitas Operacionais

	Semestre Findo em	
	30/06/2023	30/06/2022
Reversão de provisões operacionais (1)	146	387
Recuperação de encargos e despesas	118	92
Outras	13	15
<b>Total</b>	<b>277</b>	<b>494</b>

(1) Referem-se a reversões de provisões em exercícios anteriores composta no semestre por R\$131 (R\$252 em 2022) relativo a despesas operacionais e R\$15 (R\$135 em 2022) relativo a reversões dos passivos contingentes (vide nota 10.1 – Provisão para Riscos).

## 18. Outras Despesas Operacionais

	Semestre Findo em	
	30/06/2023	30/06/2022
Descontos concedidos	(2.011)	(1.223)
<b>Total</b>	<b>(2.011)</b>	<b>(1.223)</b>

## 19. Transações com Partes Relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos decorrentes de operações com partes relacionadas, a preços e taxas de mercado, cujos controladores são os acionistas do Grupo Santana estão demonstrados a seguir:

### a. Saldos com Sociedades Ligadas

	30/06/2023			
	Shopcred (a)	Gestão (b)	CJJ (c)	Consultoria (d)
<b>Despesas</b>				
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(1.128)</b>	<b>-</b>	<b>(55)</b>	<b>(428)</b>
Despesa de aluguel	-	-	(55)	-
Despesas com prestação de serviços	(1.128)	-	-	(428)
	30/06/2022			
	Shopcred (a)	Gestão (b)	CJJ (c)	Consultoria (d)
<b>Passivo</b>	<b>-</b>	<b>275</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Recursos de aceites cambiais</b>	<b>-</b>	<b>275</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Obrigações por títulos cambiais	-	275	-	-
<b>Despesas</b>	<b>(2.405)</b>	<b>(13)</b>	<b>(15)</b>	<b>(1.780)</b>
<b>Despesas com captação</b>	<b>-</b>	<b>(13)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Despesas de aceites cambiais	-	(13)	-	-
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(2.405)</b>	<b>-</b>	<b>(15)</b>	<b>(1.780)</b>
Despesa de aluguel	-	-	(15)	-
Despesa de aluguel	-	-	-	-
Despesas com prestação de serviços	(2.405)	-	-	(1.780)

- (a) Shopcred Promotora de Vendas Ltda  
 (b) Santana Gestão e Cobrança Ltda  
 (c) CJJ Empreendimentos Imobiliários Ltda  
 (d) SF3 Consultoria Ltda.

## b. Saldos com Partes Relacionadas

Os saldos com partes relacionadas, relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de recursos de aceites cambiais, totalizam R\$ 7.928 (R\$ 10.658 no semestre findo em 30 de junho de 2022) e são remunerados a uma taxa que varia entre 118% a 125% do CDI e 8,40% a 12,40% prefixada, de acordo com o prazo da aplicação.

## c. Remuneração dos Empregados e Administradores

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20 e ao Pronunciamento Técnico –CPC 05 Divulgação de Partes Relacionadas, a SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A. definiu como pessoal-chave os membros da Diretoria. O montante global anual da remuneração da diretoria é pago conforme determinado pelo Estatuto Social e definido em Assembleia Geral. No semestre findo em 30/06/2023, o montante total pago aos diretores foi de R\$ 122 (R\$ 157 no semestre findo em 30/06/2022). A Instituição não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a Diretoria.

## 20. Indicadores de Risco (Basileia) e Limites Operacionais



Em 15/10/2018, a Instituição solicitou a dispensa da consolidação das demonstrações contábeis da SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e da Santana Factoring Fomento Comercial Ltda. (atual Santana Gestão e Cobrança Ltda.), na forma de conglomerado prudencial, em função da descontinuidade operacional da sociedade de fomento mercantil, evidenciada por meio da alteração do objeto social da entidade, conforme descrito na 16ª Alteração do Contrato Social da empresa. Em 27/11/2018, o BACEN deferiu o pedido de alteração de S4 para S5 conforme Ofício nº 23.922/2018-BCB/Desuc nos termos do art. 8º da Resolução nº 4.280/2013.

<b>Basiléia III - Indicadores de Risco - S5</b>	<b>30/06/2023</b>	<b>30/06/2022</b>
<b>Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5)</b>	<b>28.442</b>	<b>30.619</b>
RWAopad - Risco de crédito	20.973	16.521
RWAopad - Risco Operacional	2.328	4.723
<b>Total Capital regulamentar</b>	<b>23.301</b>	<b>21.244</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>137.065</b>	<b>137.056</b>
<b>PR Mínimo requerido para o RWA</b>	<b>23.301</b>	<b>21.244</b>
<b>Índice Basiléia</b>	<b>20,75%</b>	<b>22,34%</b>

A partir de 18/02/2018, por meio das Resoluções nº 4.606 de 19/10/2017 do CMN, implantou-se metodologia de apuração de 17% do *Risk WeightAsset* (RWA) com base no Patrimônio de Referência.

## 21. Gerenciamento de Riscos

### a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, os quais estão definidos a seguir:

#### ▪ Risco de Crédito

Possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou pela operação financeira de suas obrigações nos termos pactuados.

#### ▪ Risco de Mercado

Relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do País, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.

#### ▪ Risco de Liquidez

Relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

## **Gerenciamento do Risco Crédito**

A Instituição, por meio de seus gestores, observará nas operações de crédito o cumprimento de requisitos consistentes com as Políticas e Normas de Crédito, visando a mitigação dos riscos com ações preventivas, entre as quais, destacamos:

- Observação dos princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação dos riscos;
- Observação dos limites operacionais e das normas específicas de cada operação; e
- Cumprimento das exigências relativas a credenciamento, habilitação ou autorização.

## **Gerenciamento do Risco de Mercado**

A Tesouraria da SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A. atua de forma conservadora, e a Diretoria é responsável pela administração de fluxo de caixa, pelo casamento de seus ativos e passivos e pelo gerenciamento da liquidez, não lhe cabendo gerar receitas vinculadas ao seu negócio central, somente receitas incrementais em eventuais situações de excedente de caixa.

## **Gerenciamento do Risco Operacional**

Risco operacional é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. A estrutura de gerenciamento do risco operacional implantada permite identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais.

Os principais componentes da estrutura de gerenciamento de risco operacional incluem a formalização dos eventos incorridos em ambiente sistêmico isolado (e-gov), a autoavaliação e reavaliação de controles e os indicadores dos processos relevantes, que asseguram a comunicação efetiva dos eventos de controle e suas ações corretivas à Diretoria.

## **Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital**

De acordo com a Resolução nº 3.988/2011, do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A estrutura de gerenciamento de capital deverá auxiliar a Diretoria com informações consistentes que forneçam uma visão detalhada dos perfis de risco da Instituição e do capital requerido para fazer frente a cada tipo de risco, apresentar alternativas para mitigar desvios e manter a Diretoria atualizada sobre a regulamentação vigente.

A responsabilidade da Diretoria abrange ainda necessidade de revisão anual e aprovação das premissas da estrutura de gerenciamento de capital.



O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Diretoria, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas. As informações estão disponíveis no *site*: [www.sf3.com.br](http://www.sf3.com.br).

Em 30 de junho de 2023, a Instituição considerou como aceitável a exposição dos riscos e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### **b. Valores em Garantia**

As garantias prestadas por clientes somam R\$ 287.037 em 30/06/2023 (R\$ 420.116 em 30/06/2022).

#### **c. Remuneração de Correspondentes no país**

A SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A., a partir de 2 de janeiro de 2015, passou a aplicar os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País estabelecidos pela Circular nº 3.693, de 20 de novembro de 2013, e pela Circular nº 3.738, de 11 de dezembro de 2014, ambas editadas pelo BACEN.

#### **d. Perdas no Recebimento de Créditos**

A Lei nº 13.097/2015, publicada em 20 de janeiro de 2015, resultante da conversão da MP nº 656/2014, promoveu diversas alterações na legislação tributária federal, das quais se destacam a alteração do Art. 9º, da Lei nº 9.430/96, que altera as regras de dedução fiscal das perdas nos recebimentos de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014. Permanecem inalteradas as regras para os créditos vencidos anteriormente a essa data.

----- // -----